



TRABALHO FEMININO OU TRABALHO MASCULINO? UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO DE MULHERES EM OCUPAÇÕES CONSIDERADAS MASCULINAS NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

Katiellen Souza Silva¹

Maria da Luz Alves Ferreira²

Resumo: Este estudo apresenta uma análise teórica sobre a origem dos estudos de gênero, comparando o caso norte americano, com o Brasil. Tem como objetivo, entender as transformações no âmbito do trabalho, a partir da diferenciação das atividades exercidas por homens e por mulheres. A partir de pesquisa realizada na cidade de Montes Claros/MG, a análise dos dados aponta que as mulheres vêm se inserindo nessas ocupações que antes eram consideradas masculinas. Entretanto, elas continuam segregadas nos postos de trabalho.

Palavras-chave: Relações de gênero; trabalho feminino; Montes Claros.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise sobre o impacto da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas na cidade de Montes Claros/MG. E está vinculado ao projeto de pesquisa “Invasão de território? Um estudo dos impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: uma análise comparativa das cidades de Alfenas, Montes Claros e Uberlândia/MG”.

Embora a Constituição Federal Brasileira de 1988, nos seus artigos 1º e 7º, afirme que é proibida a diferenciação de salários, de exercício e de função, bem como de critérios de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, já que os referidos artigos postulam que homens e mulheres têm direitos e deveres iguais, o que se verifica na prática é que, apesar de algumas mudanças que ocorreram no que se refere às relações de gênero, no contexto do

¹ Acadêmica do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista de Iniciação Científica na modalidade BIC/UNI. Katiellenl@yahoo.com.br

² Doutora em Sociologia e Política pela UFMG. Professora de Sociologia do Departamento de Política e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. mariadaluz@oi.com.br

trabalho brasileiro, persiste uma grande desigualdade entre o trabalho exercido por homens e mulheres.

E como é objetivo desse artigo entender a inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas, fez-se uma breve contextualização comparando o caso brasileiro com o norte americano, como os estudos de gênero incorporam a categoria trabalho em suas análises, desmistificando a divisão do trabalho como uma questão meramente econômica, e assumindo também uma dimensão simbólica e cultural.

Para uma melhor compreensão da relação gênero e trabalho, de como isso se dá na prática, será apresentado, a análise de dados quantitativos e qualitativos sobre a cidade de Montes Claros/MG que corroboram de antemão, com o pressuposto de que as mulheres estão se inserindo em ocupações consideradas masculinas. Reforça-se a partir dos dados coletados, que isso não representou uma melhora significativa nas relações sociais nos postos de trabalho.

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

Para uma melhor contextualização sobre os estudos feministas no Brasil, faz-se necessário uma breve apresentação do caso norte americano, pois nos Estados Unidos a origem dos estudos feministas, encontra-se nos movimentos de protestos juntamente com os estudos raciais que ocorreram dentro das universidades ao longo da década de sessenta. E nesses movimentos as feministas criticavam a organização científica, principalmente as correntes dominantes da sociologia, “As feministas estarão à frente da crítica à organização científica e profissional dominante, suas divisões disciplinares, seus critérios de autoridade científica, [...] e dos fundamentos científicos sobre os quais repousavam as correntes dominantes da sociologia.” (HEILBORN; SORJ, 1999, p.185).

Autoras como Heilborn e Sorj (1999) destacam que no Brasil, as relações entre o movimento feminista e o meio acadêmico ocorreram em cenários distintos. Segundo as autoras, os movimentos feministas brasileiros nunca tiveram uma aspiração radical, como o caso norte americano, pois consideram que os problemas sociais impuseram ao feminismo brasileiro uma posição mais moderada em relação ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas.

Diferente dos Estados Unidos, os estudos feministas no Brasil contaram desde as décadas de 1970 e 1980 com um grupo expressivo de acadêmicas, o que fez com que algumas versões da história considerassem que o feminismo apareceu primeiro na academia e só

depois foi disseminado em outros meios sociais. As autoras Heilborn e Sorj (1999), a esse exemplo, destacam formas diferentes de enfrentamento realizado pelos Estados Unidos e o Brasil:

Assim, a diferença fundamental entre a institucionalização dos estudos feministas nos Estados Unidos e no Brasil é que aqui as acadêmicas, ao invés de construírem espaços alternativos, procuraram integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 187).

Os Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou Relações de Gênero foram termos e fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão de diálogo com o feminismo na academia brasileira. Na década de 1970 a denominação “estudos sobre mulher” foi a mais comum e mais utilizada para caracterizar os estudos nessa área. No final dos anos 1980 os estudos sobre mulher receberam uma nova terminologia: estudos de gênero. Segundo Heilborn e Sorj (1999) essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito nos termos sexo e diferenciação sexual e enfatizou aspectos relacionais e culturais da construção do feminino.

Entretanto alguns críticos, entre eles Scott (1995), consideram que a mudança da terminologia não representou uma mudança de enfoque, na medida em que os estudos de gênero, como uma perspectiva relacional, até o momento não haviam sido incorporados dentro dos estudos da área. Segundo Aguiar (1996) Talcott Parsons, já na década de 1940, se empenhou em estabelecer a diferença dos papéis sexuais para analisar as funções sociais da família, ou seja, o modo como homens e mulheres desempenhavam seus papéis dentro da organização familiar, estava relacionado ao modo como a família se constituiu na sociedade.

Scott utiliza o gênero como categoria analítica, um instrumento metodológico de entendimento das relações de gênero, da construção e mudanças das identidades de gênero. O gênero é concebido como uma construção social na qual as noções do feminino e do masculino são adquiridas e transmitidas pelas gerações. A autora define o gênero a partir de dois elementos: “1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Scott (1995) privilegia as relações de poder que são derivadas das relações sociais de gênero, haja vista que o gênero constrói o poder a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado para os gêneros (masculino e feminino) aos recursos tanto materiais, como simbólicos.

Em relação ao objetivo desse artigo, pode-se afirmar que as sociedades produziram/produzem, e mantém, as diferenças através dos processos sociais. Por conseguinte, a diferenciação de gênero reproduz o sistema de relações sociais incorporado na maneira como as instituições, especificamente o mercado de trabalho é organizado, diferenciando os sexos.

GÊNERO E TRABALHO

A partir da década de 1970, marco do crescimento da força de trabalho feminina, a Sociologia do Trabalho, incorporou também a temática da divisão sexual do trabalho à discussão da divisão social do trabalho. Assim, tem sido possível identificar, em nível teórico, tentativas no sentido de desconstrução das generalizações acerca do trabalho assexuado, que indicava com maior ou menor visibilidade de uma perspectiva a supremacia do trabalho masculino ao feminino. Nas últimas décadas, o debate em torno da divisão sexual do trabalho tem se incorporado a dimensão de gênero, esta incorporação apresenta um efeito desmistificador da divisão do trabalho como uma questão meramente econômica, assumindo também uma dimensão simbólica e cultural que só poderá ser satisfatoriamente explicada a partir do uso da categoria de gênero.

Em relação à dinâmica do mercado de trabalho brasileiro podemos perceber que este sofreu uma importante reorientação nos anos 1990, tendências que já vinham sendo herdadas de décadas anteriores, segundo os autores Comin e Guimarães (2002) ocorreram reorientações como o aumento da participação feminina na força de trabalho e as aceleradas mudanças como a reestruturação das formas de organização do trabalho, o crescimento do desemprego e a expansão da informalidade no mercado de trabalho.

Com relação à precariedade do trabalho feminino, é importante destacar alguns aspectos, pois com as mudanças no mundo do trabalho, decorrente da especialização flexível, as mulheres têm sido mais requisitadas para executarem atividades que exigem “habilidades” naturalizadas, ligadas aos “saberes feminino”, como a atenção a detalhes, a paciência para realizar trabalhos repetitivos e a destreza manual, que a qualificaram para o desenvolvimento de “tarefas femininas”. Entretanto, o que Posthuma (1999) analisa é que estas habilidades não são consideradas como qualificação, fazendo com que as trabalhadoras continuem sendo submetidas a salários inferiores ao dos homens.

Estudos mais recentes sobre o trabalho de mulheres enfatizam o substancial crescimento do ingresso da força de trabalho feminina nos postos de trabalho, segundo Laís

Abramo (2001) com o aumento da taxa de participação feminina, ocorreu uma mudança no comportamento de atividades das mulheres, que são especificadas assim por essa autora:

1. Aumenta o número de horas (diárias, semanais) que as mulheres dedicam ao trabalho remunerado.
2. Aumenta o número de anos de vida economicamente ativa das mulheres. O número de anos que as mulheres dedicam ao trabalho remunerado aumentou, em média, em torno de nove anos entre 1970 e 1990.
3. Aumenta o grau de continuidade das trajetórias laborais femininas. Incrementa-se a proporção de mulheres que não se retiram do trabalho quando têm filhos e se mantêm economicamente ativas durante o período de maior possibilidade de trabalho reprodutivo. A mulher em idade reprodutiva é a que tem maior participação no mercado de trabalho. Os maiores aumentos na participação feminina deram-se nos grupos de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos. A participação das mulheres casadas aumenta mais que a das solteiras.
4. Aumenta o nível médio de instrução das mulheres, que já é superior ao dos homens, no mercado de trabalho. (ABRAMO, 2001, p. 80).

Abramo (2001) destaca também que apesar do aumento da taxa de participação feminina, não se produz uma diminuição significativa das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Percebe-se novas formas de precarização no âmbito do trabalho para as mulheres, como:

1. A segregação ocupacional se reproduz.
2. A brecha salarial se mantém e é maior quanto maior é o nível de escolaridade.
3. A taxa de desemprego das mulheres continua sendo significativamente superior ao dos homens.
4. Aumenta a presença feminina nas ocupações precárias (ABRAMO, 2001, p. 81).

O que se observa é que há uma tendência ao consenso por parte de autores e autoras, entre os quais se destacam Luis Reygadas (1998) e Laís Abramo (2001), que defendem que a introdução do gênero tem sido fundamental não só para ampliar o debate em torno da divisão social e sexual do trabalho, como também para evidenciar a segregação do trabalho feminino nos espaços da produção, assim como para elucidar a reprodução desta segregação.

A consideração da variável gênero, além de contribuir para explicar e elucidar os efeitos diferenciados desses processos sobre homens e mulheres e alguns mecanismos de exclusão e desigualdade presentes, questiona categorias que tradicionalmente costumam a ser empregadas nas análises de emprego e trabalho (ABRAMO, 2001).

Ainda no que diz respeito à segregação do trabalho feminino, Hirata (1998) afirma que as novas formas de organização do trabalho, como a passagem do fordismo para a especialização flexível, não teve como efeito a igualdade entre o trabalho de homens e o de mulheres. Embora considere as mudanças na organização do processo de trabalho como fator de acesso das mulheres em determinados ramos de atividades, este acesso não foi crescente

por serem limitados e também preenchidos em sua maioria por homens, contribuindo assim para reforçar a polarização das qualificações segundo o sexo, já que a mão de obra feminina continua inserida em postos de trabalho de baixa qualificação.

Percebe-se, então, que o trabalho remunerado está diretamente subordinado à hierarquia do gênero, sendo a atividade do homem considerada como o trabalho do provedor e o trabalho da mulher relacionado com o universo familiar. A construção da identidade feminina pelo trabalho perpassa “naturalmente” muito mais pela atividade doméstica ou no domicílio, do que pelo trabalho “fora de casa”, assalariado. Mas com a expansão da escolaridade, percebe-se uma nova configuração no âmbito do trabalho, como se verifica a seguir:

A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem ocorrendo desde a década de 1980. Na década de 1990, tais transformações demográficas se consolidam, provocando a transformação da população brasileira e de suas famílias: a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos, em 1970, para 2,3 filhos em 1999 e alteraram-se os padrões de mortalidade, ambos processos que modificam a distribuição etária da população, em relação ao peso relativo da população infanto-juvenil e da população idosa. (BRUSCHINI & LOMBARDI, 2003 p. 329).

Embora com alguns avanços significativos, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ainda é marcada pela segregação que historicamente favoreceu o gênero masculino. As ocupações desempenhadas por mulheres têm percebido rendimentos inferiores do que as desenvolvidas por homens, apresentando também, maior rotatividade e piores condições de proteção trabalhista (FERREIRA, 2007).

Por fim, um fator interessante a ser considerado é que as mulheres estão inserindo em ocupações consideradas masculinas, e quando esta inserção se dá nos postos de trabalho do setor público não pode haver diferença de salário para trabalhadores e trabalhadoras que exercem a mesma função, mas quando a segregação não é vertical, ou seja, o acesso aos postos de trabalho é horizontal, há uma maior diferenciação no desenvolvimento da carreira. É o que se verifica na próxima sessão, a partir dos dados coletados na cidade de Montes Claros/MG, onde pôde-se perceber esse tipo de segregação nas diferentes profissões.

ANÁLISE DE DADOS DA CIDADE DE MONTES CLAROS

O gênero, como categoria analítica, tem sido fundamental para entender as práticas sociais de homens e mulheres na sociedade. Neste estudo a análise parte do ponto de

vista do trabalho, fez-se um levantamento de dados sobre as atividades profissionais ocupadas tanto por homens e por mulheres.

O resultado deste estudo está vinculado ao projeto de pesquisa “Invasão de território? Um estudo dos impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas: uma análise comparativa das cidades de Alfenas, Montes Claros e Uberlândia/MG”, que tem como objetivo, analisar quais os impactos da inserção de mulheres em postos de trabalho historicamente tidos como atividades masculinas.

Para análise, o município considerado foi Montes Claros. Os dados amostrais foram ponderados de acordo com a metodologia proposta pelo IBGE e os resultados foram expandidos para as estimativas populacionais dessas cidades no ano de 2012. A escolha do município de Montes Claros se dá pela importância socioeconômica deste na região Norte de Minas Gerais, e pela facilidade de acesso aos entrevistados uma vez que a Universidade está localizada neste município.

Nesta seção nos deteremos à apresentação e análises dos dados qualitativos e os dados quantitativos coletados a partir de levantamentos secundários do censo do IBGE de 2010. Em relação ao sexo da população investigada verifica-se que há uma porcentagem maior de mulheres como mostra o gráfico 01.

Gráfico 01



Em relação à faixa etária dos dados da tabela 01 mostram que a maioria da população é jovem, já que a população de 18 anos de idade apresenta um percentual de 30,8% em Montes Claros. As outras faixas etárias não houve uma grande variação ficando muito próximo os percentuais.

Tabela 01 – Faixa etária da população de Montes Claros/MG - 2012

Município	Faixa etária	Quantidade	Percentual
Montes Claros	Dezoito anos	111342	30,8%
	De 19 a 20 anos	14768	4,1%
	De 21 a 25 anos	36905	10,2%
	De 26 a 30 anos	35591	9,8%
	De 31 a 35 anos	30477	8,4%
	De 36 a 40 anos	26017	7,2%
	De 41 a 45 anos	23967	6,6%
	De 46 a 50 anos	21007	5,8%
	De 51 a 55 anos	17730	4,9%
	De 56 a 60 anos	13306	3,7%
	Mais de 60 anos	30805	8,5%
	Total	361915	100,0%

Fonte: Dados da amostra do censo de 2010 – IBGE

Percebe-se a partir dos dados coletados, o fato de que, com poucas exceções, as mulheres vêm tendo acesso a ocupações que antes eram tradicionalmente ocupadas por homens. Observando os dados das tabelas 02 nota-se que existem na sociedade lugares sociais diferenciados para homens e mulheres, pois na cidade investigada há uma grande maioria de mulheres em ocupações consideradas femininas tais como: trabalho doméstico, enfermeiras, moda e serviços de beleza. O contrário também ocorre à maioria de homens em ocupações tradicionalmente representadas como masculinas tais como: pedreiros, polícia e forças armadas, operadores em geral e profissionais do direito e legislação.

Tabela 02 – Ocupações segundo o sexo – Montes Claros/MG – 2012

Ocupação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Ambulantes e outras ocupações elementares	3773	1691	5464
Atletas e esportistas	222	189	411
Biólogos, botânicos, zoólogos e afins	103	73	176
Carregadores e afins	2812	246	3058
Costura, bordados e afins	337	239	576
Cuidadores de crianças e idosos	279	2342	2621
Escriturários e afins	6183	7312	13495
Gerentes e dirigentes em geral	4302	2852	7154
Medicina, enfermagem e áreas afins	1260	1459	2719
Moda e serviços de beleza	549	3197	3746
Ocupações mal definidas	3763	2371	6134
Operadores em geral	10622	3069	13691
Padeiros, confeitadores e afins	794	395	1189
Pedreiros, ajudantes e afins	22222	782	23004

Polícia e forças armadas	3836	225	4061
Profissionais da comunicação	280	195	475
Profissionais da educação	1732	7127	8859
Profissionais da engenharia, arquitetura e afins	434	39	473
Profissionais da informática	482	146	628
Profissionais das artes	537	554	1091
Profissionais das ciências sociais	244	485	729
Profissionais de serviços gerais	3670	15805	19475
Profissionais do direito e legislação	847	367	1214
Secretariado	1292	2825	4117
Técnicos em geral	4484	3021	7505
Trabalhadores da agricultura e afins	6786	2367	9153
Trabalhadores de cultos religiosos	176	45	221
Trabalhadores domésticos	951	2415	3366
Trabalhos gráficos	203	11	214
Vendedores diversos	11001	10716	21717
Total	94176	72560	166736

Fonte: Dados da amostra do censo de 2010 – IBGE

Quanto o impacto da inserção de mulheres em ocupações masculinizadas verifica-se na tabela citada que as mulheres estão se inserindo, mas ainda é um processo lento, como exemplo podemos citar as seguintes ocupações: Gerentes e dirigentes em geral cuja percentagem é de 4302 homens e 2852 mulheres. Estes números são importantes porque confirma o nosso pressuposto de que as mulheres estão se inserindo em ocupações que em outros tempos não eram inseridas, além da ocupação de gerentes e cargos de direção, vimos que é crescente o número de mulheres em algumas ocupações de prestígio tais como, policiais civis, militar e bombeiros, engenheiras, arquiteturas e afins e pedreiras por exemplo.

Tabela 03 – Escolaridade segundo o sexo – Montes Claros/MG – 2012

Escolaridade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sem instrução e fundamental incompleto	91761	88477	180238
Fundamental completo e médio incompleto	27066	26443	53509
Médio completo e superior incompleto	43810	54130	97940
Superior completo	11310	18289	29599
Não determinado	302	327	629
Total	174249	187666	361915

Fonte: Dados da amostra do censo de 2010 – IBGE

Um elemento importante para analisar quais são os impactos da inserção de mulheres em ocupações consideradas masculinas, com certeza, é a variável escolaridade. Os

dados da tabela 03 comprovam que quando o nível de escolaridade é menor, no caso, sem instrução e fundamental incompleto, e fundamental completo e médio incompleto, o percentual de homens é maior do que o percentual de mulheres. Já quando o nível de escolaridade aumenta como nas faixas de médio completo e superior incompleto, e superior completo, o que se verifica é uma porcentagem maior de mulheres.

Com o objetivo de mostrar como as mulheres pensam e como elas percebem o fato de mulheres estarem se inserindo e exercendo atividades que há alguns anos atrás eram espaços exercidos apenas por homens, serão apresentadas as percepções das entrevistadas em relação à inserção de mulheres em ocupações, tradicionalmente, reconhecida como lugar de homens.

Em relação os dados colhidos na pesquisa qualitativa, foram realizadas 10 entrevistas no período de janeiro a março de 2015, na cidade de Montes Claros/MG. A partir das entrevistas foi possível relatar e constatar que as mulheres entrevistadas se encaixam no novo perfil das mulheres que se inserem no mercado de trabalho, uma vez que, foi possível perceber na análise dos grupos etários que elas estão na idade da maioria das mulheres ocupadas segundo o IBGE (2010) no qual cerca de 63,9% das mulheres ocupadas tinham entre 25 e 49 anos de idade.

Percebemos que a questão salarial é um ponto interessante e que condiz com a realidade brasileira, pois apesar das diferenças salariais ainda existentes, há uma tendência na melhoria dos salários para alguns segmentos no mercado de trabalho, pois há uma equiparação dos salários das mulheres em relação aos salários dos homens, uma vez que, nas áreas pesquisadas as mulheres afirmam receber salários iguais aos dos seus colegas de trabalho, ou seja, para as entrevistadas desta pesquisa não há diferença salarial entre homens e mulheres nas profissões analisadas.

Ao serem questionadas em relação ao preconceito por parte dos colegas de trabalho as entrevistadas revelaram em sua maioria não sentir preconceito por parte dos colegas, afirmaram que são tratadas sem distinção, pois realizam os mesmo trabalhos que seus colegas de trabalho. Mas algumas entrevistadas revelaram sentir sim preconceito por parte dos colegas, mesmo que não seja um preconceito declarado, mas que existe sim preconceito.

Às vezes sim, apesar que aqui no pelotão são trinta e dois militares e só tem eu de mulher aqui, a maioria me acolhe muito bem, não me vê como um empecilho na guarnição, mas alguns sim, eu sou motorista mesmo, tem gente que quando eu estou de motorista pede pra trocar, pra colocar um homem no meu lugar, mas assim são poucas pessoas mas tem, tem um pouquinho, e às vezes está eu e mais um na viatura aí se tiver alguma ocorrência eles pedem mais apoio porque eu sou mulher,

aí acha que às vezes não vou dar conta, mas é pouco mas ainda a gente sofre um pouquinho sim (Entrevistada – Policial Militar).

Quando questionada sobre as dificuldades encontradas para chegar à profissão, a entrevistada relata que o preconceito é uma das maiores dificuldades, tanto por parte dos colegas como pelo meio social que está inserida.

Como taxista foi o preconceito de muitos homens, e tem resistência por parte deles, porque você é muito discriminada, eles tem aquela mania de dizer que mulher é roda dura, já mim xingaram no trânsito, falaram comigo a você tem que ir pilotar máquina, pilotar fogão, então assim o preconceito da mulher em certos serviços ainda existe por parte de muitos homens. (Entrevistada – Motorista de Táxi).

Essas falas mostram que ainda persiste no imaginário da sociedade que as mulheres são mais preparadas do que os homens para o exercício de atividades que exigem cuidar de determinada coisa ou de alguém. Assim como considera também Aguiar (1996), a mulher é socializada para cumprir a função afetiva, de cuidar da casa, dos filhos e familiares. Já os homens são socializados para cumprir a função instrumental, ou seja, de prover a família de alimentos, vestuários enfim, de todas as necessidades familiares.

Através das falas compreendemos que há sim um avanço na entrada de mulheres no mercado de trabalho nas profissões em que os homens são ou era maioria, pois os dados nos mostram o crescimento da entrada das mulheres nessas profissões, mas não podemos deixar de destacar também que, mesmo com esse avanço as mulheres ainda precisam lutar contra as desigualdades que persistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho, das oportunidades delas se inserirem nessas profissões, ou seja, as mulheres terem acesso a atividades que eram tradicionalmente tidas como atividades masculinas – no caso desta pesquisa motorista de táxi, policiais civis, militares e bombeiros, cobradora de ônibus, advogadas, auxiliar de alvenaria e engenheiras – podemos perceber que em relação às representações sociais, que ainda há uma diferenciação entre homens e mulheres, fato que impacta a inserção das mulheres em ocupações tidas como masculinas.

Percebe-se através dessa reflexão que o trabalho feminino é marcado ainda pela precarização e exploração da sua mão de obra, há ainda muitas desigualdades em relação ao

trabalho feminino, pois elas ainda se inserem na grande maioria em trabalhos desvalorizados como empregadas domésticas, secretárias, enfermeiras dentre outros.

Verifica-se também que, apesar da existência da legislação garantindo igualdade no tratamento para ambos os sexos no mundo do trabalho, a segmentação dos postos de trabalho na organização exprime desigualdades nas relações de gênero e constrói "guetos femininos" de ocupações. Verificamos que as mulheres ainda encontram dificuldades para serem aceitas pela sociedade nessas profissões "masculinas", pois na realização das entrevistas, percebemos a forte influência que há em relação à divisão sexual do trabalho.

Podemos perceber através dessa reflexão empírica e teórica que as relações de trabalho e gênero ainda são definidas pelo imaginário social de homens e mulheres, sobre o lugar que eles ocupam na sociedade, ou seja, que há profissões que devem ser exercidas por homens e outras por mulheres, pois para as mulheres cabe o papel da reprodução e aos homens o papel de atividades produtivas, com isso percebeu que, embora tenham ocorrido alguns avanços no mercado de trabalho, há uma diferenciação que ainda persiste e que impactam diretamente a inserção das mulheres nos postos de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (1996). **Grupo Doméstico, Gênero e Idade:** análise longitudinal de uma plantação canavieira. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Tese de concurso para professora titular apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa M. (2003). **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro:** um retrato da década de 1990. In *As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Margaret Maruani & Helena Hirata (Orgs). São Paulo: Editora SENAC.

COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. **Vicissitudes de trabalho no Brasil nos anos 90:** mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro desemprego. *Políticas Sociales*, Santiago, v. II, p. 11-32, 2002.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. (2007) **Trabalho Informal e Cidadania:** heterogeneidade social e relações de gênero. Tese de doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política), UFMG.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil.** In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, p. 183-221.

IBGE – Censo Demográfico – Notas metodológicas, 2010.

NICHOLSON, Linda. **Interpreting gender. Sings:** journal of women in culture and society. Chicago, v. 20, n. 1, 1994.

POSTHUMA, Anne Caroline (1999). **Transformações do emprego no Brasil na década de 90.** In: Abertura e Ajuste do mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Anne Caroline Posthuma. (org) Brasília: OIT/TEM; São Paulo: Editora 34.

REYGADAS, Luis (1998). **Fábricas com aroma de mujer. Las nuevas culturas del trabajo vista desde la óptica de género.** In: ABRAMO, Laís; RANGEL, Alice (orgs). Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST.

SCOTT, Joan (1995). **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.